

A OCIDENTALIZAÇÃO TARDIA DO BRASIL NO SÉCULO XXI E OS PARTIDOS POLÍTICOS SOCIALISTAS E COMUNISTAS.

Investigação em curso.

Grupo de Trabalho Nº13. Reforma do Estado, Governabilidade e Democracia.

Prof. Dr. João Ignacio Pires Lucas.

Resumo:

O objetivo do trabalho é discutir como os partidos políticos brasileiros que se auto-intitulam socialistas ou comunistas estão atualizando as suas definições de busca pelo socialismo contemporâneo, ou seja, de transição entre o capitalismo e/ou comunismo, a partir dos efeitos de três fenômenos: (a) da ocidentalização tardia promovida pelos governos Lula e Dilma, (b) da volta da discussão teórica da “hipótese comunista”, (c) das novas formas de mobilização política representadas nos movimentos de junho e julho do corrente ano no Brasil. A hipótese central é de que os partidos políticos socialistas e comunistas não estão ainda conseguindo articular os processos ligados à ocidentalização, às manifestações contemporâneas e aos novos debates internacionais ligados ao comunismo.

Palavras-chave: socialismo, comunismo, ocidentalização.

1 – Introdução.

Este trabalho apresenta as discussões parciais de uma pesquisa sobre a busca do socialismo contemporâneo que foi iniciada na metade do ano passado, e que deverá transcorrer até a metade do próximo ano. Nesse sentido, são dados e análises parciais.

Os partidos políticos brasileiros investigados são: o Partido Comunista Brasileiro – PCB -, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB -, o Partido Socialista Brasileiro – PSB -, o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL -, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU -, o Partido dos Trabalhadores – PT -, e o Partido da Causa Operária – PCO. Esses partidos foram escolhidos porque possuem registro no Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, e porque já existiam no início dos governos brasileiros de Lula e Dilma. Ou seja, três deles são partidos da base de sustentação dos governos Lula e Dilma, como o PT o PCdoB e o PSB, e outros quatro são opositores, o PCO, o PSTU, o PCB e o PSOL. Existem outros partidos registrados e não registrados no TSE, como o Partido Popular Socialista – PPS -, e o Partido Comunista Revolucionário – PCR -, que não serão analisados aqui, ou porque não têm registro nacional, ou porque já abandonaram a luta pelo socialismo a muito tempo. Nesse sentido, a pesquisa original e este trabalho não são voltados apenas para o estudo de um partido político, nem para o estudo do sistema eleitoral de uma forma geral, mas a um nível intermediário que contém os partidos políticos que buscam o socialismo como objetivo principal das suas propostas programáticas. Por isso, os efeitos analisados nos partidos não são os sistêmicos, ligados às eleições, governabilidade, etc., mas aqueles voltados para os posicionamentos ideológicos que digam respeito ao processo de transição ao comunismo.

O estudo de partidos brasileiros que se auto-intitulam socialistas, ou comunistas, é o ponto de encontro de, pelo menos, quatro questões teóricas representantes que processos políticos globais e nacionais. Um deles é o da crise do fim dos tempos, já devidamente analisada por vários ângulos, especialmente pelo lado econômico (Harvey, 2012, 2011), mas que tem nas questões políticas das

formas de reação social à crise um dos seus elementos principais. Segundo Zizek (2011), a partir da leitura do trabalho de tanatologia de Elisabeth Kübler-Ross, pode-se identificar cinco tipos de reações na consciência social que são similares às cinco fases do luto, ou seja, formas de reação quando as pessoas ficam sabendo de uma notícia muito ruim, como da sua morte por alguma doença. As fases seriam: de negação (ideológica), de cólera (violência e destruição), de negociação (para postergar-se o problema, tentar evitar os piores danos), de depressão (o fim está chegando e não há nada o que fazer), e, finalmente, de aceitação (momento em que uma nova vida pode ser sugerida). Nesse sentido, Zizek (2011) defende que o socialismo, partes deles, está sendo utilizado como propostas para a “negociação” com a crise, especialmente no sentido de manutenção do capitalismo (do lucro, da propriedade privada, etc.). Então, a oportunidade de revisar a discussão sobre o socialismo e o comunismo é pertinente nesse contexto de crise do capitalismo.

Outro processo político relevante para a caracterização do problema é a situação dos partidos socialistas e comunistas pelo mundo afora ao longo do século XX e no século XXI. Entre outros problemas, dois foram os mais discutidos na literatura especializada. Em primeiro lugar, os partidos socialista que acabaram assumindo uma versão mais democrática, terminaram sendo totalmente incorporados na lógica do sistema político capitalista, algo que os levou ao centro ideológico, além de toda a cooperação com a dinâmica capitalista, como observou Przeworski (1989):

“Esse é o motivo por que os social-democratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos ganhos. Por isso, é que os social-democratas não só procuram reproduzir o capitalismo mas também lutam para aperfeiçoá-lo, mesmo enfrentando a resistência dos capitalistas.” (p.61)

Em segundo lugar, os partidos comunistas mais radicais também sofreram pelo stalinismo e pelo isolamento. No caso do Brasil, o “partidão”, ou seja o PCB, teve uma história nesses mesmos moldes, isolamento e autoritarismo, afora a longa perseguição oficial que ele sofreu, pois mesmo com ela o PCB, e depois o PCdoB, acabaram seguindo a tradição dos partidos comunistas da Europa.

Hoje em dia, é natural que exista uma grande desconfiança em relação ao potencial dos partidos políticos de capitanearem a fase de transição. Do moderno *condottiero*, segundo Gramsci (2012), os partidos políticos socialistas e comunistas estão perdendo espaço para outras formas de organização e mobilização, especialmente na luta mais radical contra o capitalismo. Isso pode ser visto no estudo de Castells (2012) sobre o movimentos dos indignados na Espanha, do *Occupy Wall Street* e da Primavera Árabe. Nesse sentido, até que ponto os partidos políticos ainda detêm um papel transformador do capitalismo para outro tipo de sociedade, é uma pergunta importante para este projeto. Porém, ainda os partidos políticos podem dar respostas dependendo de grandes alterações internas em prol de uma maior dinamismo e vinculação com a sociedade: isto é, eles ainda podem não perder o encontro.

O terceiro processo político é o marcado pelos efeitos políticos produzidos pelos governos Lula e Dilma no Brasil do século XXI que afetam a luta pelo socialismo nesse país. Na citação de Przeworski (1989) acima, pode-se dizer que os partidos políticos da base de sustentação dos governos Lula e Dilma estão praticando o mesmo comportamento do que os seus congêneres Europeus, mais capitalismo do que socialismo. E um dos aspectos centrais dessa iniciativa é o tratamento que os setores populares tem recebido a partir da ação de políticas sociais públicas para a transferência de renda. Por isso, se os partidos governamentais não se cansam de apontar as grandes iniciativas para a erradicação da pobreza extrema, as estatísticas demonstrando a diminuição da miséria e o crescimento da “nova” classe média os setores mais críticos têm revelado as implicações populistas, conservadoras e eleitoreiras das ações governamentais. Nesse campo, encontram-se os estudos de Braga (2013),

particularmente quanto à política do precariado, ou seja, dos trabalhadores precarizados, no sentido de ganhos e perdas que esses setores estão tendo ao longo dos últimos anos, e também os estudos de políticos de Singer (2012), Petras (2005), Antunes (2006), sobre o pacto conservador produzido nos governos Lula, no sentido de uma mobilização eleitoral dos subalternos em apoio ao Presidente operário. Eles revelam, em linhas gerais, o papel central que os efeitos dos programas sociais têm feito na construção de um setor político mobilizável pelos governos federais de Lula e Dilma, setor esse que poderia estar no alvo dos grupos mais radicais do espectro político.

O ponto central aqui é que existe um empoderamento social significativo, mas um déficit político também muito relevante, especialmente na organização política dos setores que estão melhorando as suas condições sociais. E isso também já foi parcialmente analisado à luz da questão do socialismo e do voto, e dos efeitos ocidentalizantes, na visão de Gramsci (2012) que tais políticas sociais produzem no Brasil. Ou seja, é inegável um relativo aumento de poder da sociedade civil, mas os elementos políticos desse “aumento” são ainda muitos complexos. Por isso, justifica-se, mais um olhar, sobre os efeitos que os governos Lula e Dilma estão produzindo na discussão do socialismo e do comunismo, até porque a questão das novas formas de exclusão social são um dos cavaleiros do apocalipse, segundo a análise de fim dos tempos de Zizek (2011).

E para finalizar, a discussão dos partidos políticos no Brasil é fundamental para o entendimento do por quê essas instituições (os partidos políticos) têm tantas dificuldades com a sociedade, e tantas facilidades nos corredores dos poderes do Estado. É claro, ainda no sentido dado acima por Przeworski (1989). No caso do Brasil, se já existiam problemas de institucionalização dos partidos em geral, mesmo dos partidos de esquerda, hoje em dia esse processo parece estar mudando, não pelo aumento dos vínculos sociais dos partidos, mas por eles terem aprendido a lidar com o presidencialismo de coalizão como nos estudos de Limongi (2010), com a engenharia institucional. Esse é mais um agravante para os partidos socialistas e comunistas, os últimos a aderirem a esse processo, no sentido de que eles ainda consigam lutar pelo socialismo de uma forma que não seja em benefício do próprio capitalismo. Porém, não se pode deixar de lado a história complexa dos partidos políticos no Brasil.

Os estudos sobre os sistemas eleitoral e partidário no Brasil já produziram muitas análises ressaltando-se os muitos problemas organizacionais e sistêmicos. Do ponto de vista da organização interna, uma dimensão que interessa para este projeto, na medida em que é nela onde e quando os partidos desenvolvem, ou não, os debates teóricos e conceituais, já existe uma relativa bibliografia sobre as mazelas pouco democráticas dos debates teóricos dentro dos partidos. E o sistema eleitoral não ajuda os partidos terem uma organização mais democrática, ao contrário, ele produz efeitos elitizantes que reforçam a pouca discussão interna.

A problemática central que orienta este trabalho é: se mesmo com todos os problemas já apontados nos estudos sobre os partidos políticos no Brasil, particularmente sobre os problemas dos partidos socialistas (institucionalismo, direitismo, fragilidade ideológica, sectarismo, invisibilidade social e política, etc), bem como sobre os fortes condicionamentos conservadores que processos como o presidencialismo de coalizão produzem nos partidos com espaço governamental, se mesmo assim, como os partidos socialistas brasileiros estão conseguindo atualizar as suas definições programáticas de socialismo (e de comunismo, se for o caso) que sejam adequadas ao debate internacional sobre os desdobramentos da crise global contemporânea e das estratégias que o capitalismo tem tentado para a sua solução?

2 – A ocidentalização tardia, o comunismo e o socialismo.

Este é um estudo sobre ideologia, mais especificamente, um estudo sobre ideologia e partido político, ou, dito de outra forma, um estudo sobre os partidos políticos pelo ângulo da ideologia. Mas,

de uma forma ideológica que não é mais, ou nunca foi, represada dentro das fronteiras dos partidos políticos, nos mesmos moldes do que vem acontecendo com o disciplinamento e o controle social na era do biopoder (Negri & Hardt, 2001). Ou seja, aquele disciplinamento do passado realizado dentro de determinadas instituições, como os presídios, escolas, igrejas, como tratou Foucault (2009), pois agora sofre pela flexibilização das fronteiras institucionais em prol de um controle ubíquo, descentralizado e intermitente. Com a ideologia na época atual acontece a mesma situação, está cada vez mais presente no discurso político da multidão, nas suas práticas biopolíticas (Negri & Hardt, 2005). . Nesse sentido, o objetivo do trabalho descrito acima visa realmente ver o papel dos partidos políticos nessa nova fase em que ele não detém mais o monopólio da organização e representação política nas lutas ideológicas, com na luta pelo socialismo.

Por isso, as referências básicas em termos das definições teóricas e metodológicas desse projeto são orientadas pelas reflexões interdisciplinares, e até indisciplinadas, contidas nas obras mais recentes de Slavoj Žižek (2011, 2012), Antonio Negri e Michael Hardt (2001, 2005, 2009), bem como pelos debates suscitados pelos seminários “a ideia do comunismo” em Londres, Berlim e Nova York, organizados por Žižek e Badiou (2009, 2010, 2011).

Mas, um debate sobre o socialismo e o comunismo não pode deixar de lado as influências clássicas de Marx (2008):

“O comunismo na condição de supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto *estranhamento-de-si (Selbstentfremdung)* humano, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda a riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução (*Auflösung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução (*Auflösung*) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação (*Selbstentfremdung*), entre liberdade e necessidade (*Notwendigkeit*), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução”. (p. 105).

Muita tempo já passou desde que Marx, na metade do século dezenove, refletiu sobre as determinações alienantes que a propriedade privada produziam na humanidade, separando e gerando uma barreira de estranhamento entre os próprios homens, e desses com a natureza. Muito já se fez e se falou em nome do comunismo e do socialismo, particularmente nos países que tentaram aplicar os ensinamentos de Marx, como os do leste Europeu. Na verdade, desde a queda do Muro de Berlim e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS - o comunismo perdeu espaço e poder. Mesmo assim, desde a metade do século dezenove pode-se dizer que Marx já apontava o comunismo como sendo a possibilidade de superação da alienação - oriunda da propriedade privada - no sentido da transformação do indivíduo de um ser limitado a uma subjetividade sem substância (alienada de si e na natureza) para uma subjetividade (auto-conhecimento) humana com substância ambiental (humanismo consumado = naturalismo). E essa tese não foi expressa por ele apenas nas suas reflexões de juventude, pois em 1875 quando escreveu a Crítica ao Programa de Gotha – revendo o programa do partido social-democrata na Alemanha – Marx reafirma a ideia de que somente numa fase madura do comunismo – antes, no máximo, existiria o socialismo, ou comunismo vulgar – seria possível abolir-se tanto a propriedade privada quanto a divisão social do trabalho. O que, em última instância, significava dizer que o direito e o Estado também precisavam ser abolidos, pelo menos nas suas versões burguesas.

Como já era de se esperar, não há consenso atual nem entre os marxistas nem entre os

estudiosos de Marx (e do marxismo) sobre o comunismo, muito menos sobre o capitalismo estar incorporando o socialismo na sua “hipótese”. De qualquer maneira, há um consenso absoluto de que a fase madura do comunismo será o momento em que não existirão mais nem a propriedade (privada, pública, feudal, antiga, etc.) nem o Estado (seja ele burguês, capitalista, socialista, dentre outros). Para Pogrebinski (2009), a política, segundo Marx, depois do capitalismo não teria mais organização jurídica do tipo de partidos, sindicatos, mas sim de “associações” livres entre os indivíduos, estes vistos pelo ser genérico. Porém, mais importante do que a situação política do indivíduo, é a situação desses em, relação ao processo interativo, cultural, produtivo e global. Nesse sentido, serão apresentadas algumas teses defendidas atualmente entre a comunidade internacional de comunistas. Teses que podem configurar uma hipótese comunista quanto à questão ambiental e social em geral.

Zizek, em três dos seus livros mais recentes, defende que todos os movimentos que estão ajudando a construir uma comunidade global na qual o singular (indivíduo) está em vínculo direto com o universal (área comum, gênero da espécie, sociedade global). Zizek chega até a citar uma fala do Apóstolo Paulo, “quando diz, do ponto de vista cristão, que não há grego nem judeu, não há homem ou mulher” (Zizek, 2011, p. 93). Ou seja, na visão aqui defendida, a “verdade” dos indivíduos não é baseada na sua nacionalidade, sexo, gênero, etc., mas na sua condição comum de indivíduo. Por isso, esse autor concordará com todos os projetos, movimentos sociais, religiões, discursos políticos, eleições, eleitos, livros, teses, etc., que contribuam com a construção dessa comunidade global, ou que critiquem o cercamento da comunidade global (pelo ação da privatização, ou do fortalecimento da propriedade privada). Isso pode contemplar, desde a eleição de Barak Obama, porque, afinal, ele foi o primeiro negro eleito presidente dos Estados Unidos; com livros de Kafka, ou filmes de Hollywood.

Outro aspecto na visão de Zizek (2012), e que ele defende no momento em que analisa dos movimentos sociais mais recentes, como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, é que esses movimentos não podem negociar com o capitalismo fórmulas mais amenas de dominação, ou mais assistencialistas e democráticas, algo que os socialistas já estão fazendo (e sendo corrompidos pelo sistema da hipótese capitalista). O que lança uma crítica forte à democracia parlamentar e eleitoral, bem como a lógica dos sistemas partidários ocidentais, crítica que Mézsáros também faz ao jogo político institucional (2010, 2002). Nesse sentido, como o socialismo acabou entrando no jogo da hipótese capitalista quando essa avançou para a fase de negociação (com o luto apocalíptico), Zizek entende que a hipótese comunista é própria unicamente para a fase da aceitação, a última que já está preparada para o novo.

De certa maneira, Badiou (2012) concorda com essas teses de Zizek (2011). Porém, ele é mais enfático na necessidade da hipótese comunista representar algo realmente novo em relação às experiências do chamado socialismo real, especialmente na forma como elas foram conquistadas. Badiou é favorável a volta da visão presente em movimentos como da Comuna de Paris, ou seja, mais livres das amarras dos partidos políticos tradicionais da esquerda. Badiou (2012) também é muito mais contrário às possibilidades do Estado liberal ser parceiro na construção da comunidade global.

O mesmo vale para as posições de Negri e Hardt (2009) especialmente quando eles defendem o fim dos cercamentos das áreas comuns dessa comunidade global-individual: da natureza externa dos indivíduos para que eles possam interagir sem o controle e a propriedade privada; da natureza interna dos indivíduo-globalidade para que eles não tenham os desdobramentos científicos e tecnológicos associados à biogenética e outras áreas (como na própria produção de alimentos); e na natureza ecológica do ambiente geral (natureza, cidade, campo, terra, água, ar, etc.). O que esses autores avançam mais do que os anteriores é sobre a nova produção imaterial, ligada nas novas tecnologias da informação e comunicação, nas novas tecnologias biogenéticas, dentre outras.

Nesse sentido, a análise do atual processo de ocidentalização brasileiro a partir das noções teóricas de Gramsci (2012), precisa ser relacionado à fase da negociação da crise do capitalismo

descrita por Zizek (2010), como se fosse um tipo novo de revolução passiva (Gramsci, 2012). Ou seja, um processo em que todos as classes sociais acabam ganhando, desde os setores dominantes, até os mais subalternos. Os subalternos ganham mais rendimentos, políticas públicas assistenciais e liberdade de organização política. Os setores dominantes ganham propriedade, dinheiro e condições para manterem a estrutura da formação social intacta.

Mas, essas questões não estão sendo percebidas nem pelos partidos de situação, que valorizam um tipo de revolução democrática, até como a atual forma de busca pelo socialismo; nem pelos partidos oposicionistas, que subvalorizam a ocidentalização, entendendo que há uma brutal traição dos partidos governistas.

3 – As manifestações de junho e julho de 2013 no Brasil.

A ocidentalização tardia no Brasil vinha conseguindo mais ganhos sociais do que políticos, especialmente na relação entre a sociedade civil e a sociedade política. Ou seja, tal processo vinha sendo acompanhada de uma baixa intensidade de participação política, ainda que tenham ocorrido vários tipos de protestos nos últimos anos (Gohn, 2013). Porém, as manifestações verificadas em junho e julho no Brasil atingiram um patamar de mobilização nas ruas que não acontecia desde o movimento do Fora Collor (movimentos que pediram o impeachment o Presidente Fernando Collor no início dos anos noventa do século XX). A estimativa de órgãos de imprensa alternativa, como a Rede Brasil Atual, o Brasil de Fato e o Correio da Cidadania, é que participaram dos protestos em junho e julho mais de 1,5 milhão de pessoas nas principais cidades brasileiras. Tais manifestações tiveram um estopim marcado pela violência policial nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro na metade do mês de junho, e o principal motivo (inicial) era o aumento da passagem dos transportes urbanos públicos. Mas, ao longo do restante do mês de junho, entrando pelo mês de julho, foram sendo incorporados outros tipos de demandas urbanas ligadas aos serviços públicos, como saúde e educação, além da tradicional luta no Brasil contra a corrupção. Ao fim e ao cabo, as manifestações de junho e julho trouxeram uma grande quantidade de grandes e pequenas demandas, especialmente de uma juventude de classe média que pode ser enquadrada no conceito de precariado: boas condições de escolaridade e tecnologia, mas baixas perspectivas de empregos estáveis e serviços públicos de qualidade. Nesse sentido, a ocidentalização tardia pareceu completar-se também com o elemento político que faltava para o empoderamento da sociedade civil. A principal novidade, é que tal processo não ocorreu sob a liderança dos partidos políticos, nem dos partidos de esquerda, nem dos movimentos sociais tradicionais, como o sindical, estudantil e rural.

Pode-se destacar três aspectos políticos principais nessas manifestações. Em primeiro lugar, as organizações e os movimentos sociais que estiveram liderando essas manifestações não foram os tradicionais, nem de esquerda nem de direita, ainda que seja difícil estabelecer-se os níveis de liderança, pois como os indignados da Europa, Primavera Árabe e *Occupy Wall Street*, a mobilização ocorreu muito pela ação das redes sociais e de grupos de jovens que buscam o anonimato, como os grupos de *Anonymous* e os *Black Bloc*. Esses movimentos sociais e políticos são facilmente verificados nas redes sociais, mas não possuem uma visibilidade institucional tradicional (líderes, personalidades, organização formal, etc). Esses movimentos baseiam-se em ideias, ideias de lutas e de movimentos anti-sistêmicos, mas não de uma forte ideologia embasada em elaborações teóricas. Além desses, o principal grupo que liderou o início das manifestações, especialmente até o momento em que os aumentos de passagens foram revogados em São Paulo e no Rio de Janeiro, foi o Movimento Pelo Passe Livre, grupo apartidário e marcado pela luta contra o aumento das passagens e pela qualidade do serviço de transporte. Esse grupo, especialmente em São Paulo, atingiu uma grande notoriedade, sendo até atendidos pela Presidente Dilma, em Brasília, como parte da tentativa governamental de atender a

voz das ruas. Esses dois tipos de movimentos foram os mais importantes no início das manifestações, e quando elas ganharam visibilidade nacional.

Em segundo lugar, o aspecto mais significativo é que tais manifestações começaram a atrair a atenção dos grupos tradicionais de esquerda e direita quando elas ganharam espaço na mídia (pelo dia 6 de junho, mas o marco foi o dia 13 de junho quando a violência da polícia machucou jornalistas da mídia tradicional). Dessa forma, os próprios partidos do governo federal, como o PT e o PCdoB, começaram a procurar as manifestações de forma mais organizada, o que gerou uma reação violenta de alguns grupos de direita que também vieram engrossar o movimento. Nesse sentido, a partir da metade do mês de junho, acabou acontecendo uma luta entre as forças de esquerda e de direita, essas menos organizadas nos partidos políticos e mais em certos movimentos sociais de luta contra a corrupção. Tal luta, marcou o final de junho e início de julho, momento em que os vários partidos socialistas e comunistas começaram a organizar-se coletivamente na defesa das bandeiras vermelhas nas manifestações e de teses como as da reforma política (lançada pela Presidente Dilma num pronunciamento nacional no dia 21 de junho). O mais interessante, é que os partidos socialistas e comunistas governamentais acabaram engrossando as manifestações, a ponto de chamarem uma greve geral para o dia 11 de julho, que acabou transformando-se num dia nacional de paralisação. Ou seja, os próprios partidos do governos acabaram indo para a rua em busca de espaço nas manifestações, ao invés de combaterem pela repressão tal movimento.

O terceiro aspecto interessante diz respeito a forma como a oposição partidária de esquerda e direita encarou as manifestações. Quando aos partidos de esquerda, os socialistas e comunistas, houveram desde o início, um apoio muito forte, até porque eles viam tal processo como de uma grande crítica ao governo entreguista de Dilma. Porém, com o crescimento de manifestantes de direita, eles também acabaram condenando as perseguições aos socialistas e às bandeira vermelhas, ao mesmo tempo em que também chamaram a greve geral do dia 11 de julho, junto com os partidos do governo federal. Já os partidos de direita, se participaram, foram sem nenhuma identificação partidária mais visível. Na verdade, muitos militantes mais conservadores esconderam-se nos movimentos sociais contra a corrupção, ou que reivindicavam a bandeira da moralidade e da qualidade dos serviços públicos. Muitos movimentos apareceram ou receberam destaque como os do Gigante Acordou, alusivo à parte do Hino brasileiro, ou de luta contra a corrupção. No início do mês de julho, praticamente todos os atores políticos tradicionais e novos estavam chamando manifestações de rua.

Um evento que ajudou na mobilização pelo lado positivo, mas negativo do ponto de vista da crítica, foi a Copa das Confederações de futebol, evento organizado pela Federação Internacional de Futebol – FIFA – e pelo governo brasileiro. Ele ajudou no sentido dos gastos com os estádios de futebol, alguns deles, como Brasília, em local se tradição de futebol. A questão, mais uma, foi analisada pelo lado da corrupção e da troca de recursos que poderiam ter ido para a saúde e educação, ou para o próprio transporte público, e que acabou em estádios superfaturados.

Enfim, o que esteve em jogo da política, não do futebol, nem foram tanto as demandas por serviços públicos de qualidade, nem pela histórica luta contra a corrupção, mas as novas formas de mobilização, o papel preponderante de novos atores sociais, como os ligados ao passe livre e *anonymous* e *black bloc*, bem como pela ação forte dos setores conservadores que não se intimidaram com as manifestações de rua. Na verdade, depois de um certo vacilo dos partidos governistas, as ruas brasileiras foram disputadas da esquerda a direita, tanto pelos movimentos sociais e políticos tradicionais, quanto pelos novos.

O desafio para os partidos socialistas e comunistas é saber lidar com essas novas formas de organização, como das redes sociais, bem como pelas reações adversas aos processos organizativos mais verticalizados. Se os novos movimentos sociais relacionados à lutas do passe livre, ou dos grupos de *anonymous* ou *black bloc* não trazem novidades teóricas, eles trazem novidades organizativas.

E tais novidades organizativas, como das redes, como da horizontalidade, contribuem para as discussões sobre a volta da hipótese do comunismo, e de como a ocidentalização no Brasil talvez seja a marca das fases finais do capitalismo.

BIBLIOGRAFIA

Antunes, Ricardo (2006). *Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas, SP: Armazém do Ipê.

Badiou, Alain. (2012). *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo.

Badiou, Alain & Žižek, Slavoj (2010). *L'idée du communisme: conférence de Londres, 2009*. Paris: Lignes.

Badiou, Alain & Žižek, Slavoj (2011.) *L'idée du communisme : conférence de Berlin, 2010*. Paris: Lignes.

Braga, Ruy (2013). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

Castells, Manuel (2012). *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza Editorial.

Foucault, Michel (2009). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. (36 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Gohn, Maria da Glória (2013). *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez.

Gramsci, Antonio (2012). *Cadernos do cárcere*. (Volume 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Harvey, David (2012). *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso.

Harvey, David (2011). *O enigma do capital: e as crise do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Limongi, Fernando (2010). Estudos legislativos. Martins, Carlos Benedito (org.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: ANPOCS. P. 163-190.

Marx, Karl (2008). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, István (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, István (2010). *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo: Boitempo.

Negri, Antonio & Hardt, Michael (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

Negri, Antonio & Hardt, Michael (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.

Negri, Antonio & Hardt, Michael (2009). *Commonwealth*. Cambridge, Massachusetts.

Petras, James (2005). *Brasil e Lula: ano zero*. Blumenau: Edifurb.

Pogrebischi, Thamy (2009). *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Przeworski, Adam (1989). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Singer, André (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Zizek, Slavoj (2013). *The idea of communism: the New York conference*. New York: Verso.

Zizek, Slavoj (2012). *O ano que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo.

Zizek, Slavoj (2011). *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo.

Zizek, Slavoj (2010). *Viver no fim dos tempos*. Lisboa: Relógio D'Água.